# O colapso da Universidade Brasileira (1985)

**Simon Schwartzman**

A Universidade brasileira está a beira do colapso, por falta de rumos, por falta de apoio, e por falta de legitimidade. Com todas as suas dificuldades, as universidades têm sido o lugar em que milhares de professores, estudantes e funcionários se dedicam diariamente a pesquisar, estudar e trabalhar para que nossa capacidade de entender e participar do mundo moderno se mantenha e se expanda. Com a universidade desfeita e desmoralizada, desaparece a competência para o exercício das profissões, a formação das lideranças, a eficiência do setor produtivo, a capacidade de pesquisar e incorporar novos conhecimentos, e a possibilidade de melhorar a qualidade do ensino básico e secundário para toda a população. O colapso da Universidade é também um colapso de valores e perspectivas. Para os jovens, perde o sentido buscar carreiras baseadas no trabalho intelectual e no estudo; para a sociedade como um todo, perdem importância e significado os conhecimentos e a competência adquiridos pela pesquisa, formação e experiência acumulados, substituídos pela improvisação, a esperteza, a superstição e a arrogância própria do desconhecimento e da ignorância. Não é que a universidade seja fonte de todas as virtudes, ou, em sua ausência, de todas as deformações. Mas uma sociedade que destrói suas universidades não tem como erigir uma nação institucionalmente sadia, economicamente viável e capaz de participar com dignidade do mundo contemporâneo.

A universidade brasileira vem perdendo legitimidade tanto por fora quanto por dentro. Por fora, chovem críticas à universidade pelos pecados que cometeu e não cometeu. Ela é acusada de elitista, ineficiente, alienada, perdulária, indiferente à realidade do país. São críticas globais, que ignoram os milhares de profissionais formados a cada ano, as pesquisas que são feitas, o papel dos hospitais universitários, a assistência técnica à indústria e à agricultura, a formação de professores para o ensino básico e secundário, as pontes vivas que são mantidas pelas universidades com o mundo intelectual e científico além de nossas fronteiras. Elas ignoram, principalmente, o fato de que nossas universidades estão cheias de pessoas que não se acomodam, não aceitam a situação atual, e são os que mais se empenham em criticar suas mazelas e procurar outros caminhos.

Porque mazelas não faltam. Ao lado dos cursos de qualidade, da pesquisa relevante, do esforço em educar, e da luta diária por fazer milagres com poucos recursos e falta de apoio, existem os milhares de estudantes que abandonam a universidade a cada ano, os cursos sem alunos, os professores que pouco comparecem, os funcionários que sobram, os espaços e instalações sub-utilizados, os equipamentos que apodrecem, o ensino formal e vazio, a pesquisa de faz-de-conta, as greves que se eternizam.

Não sairemos desta situação se a universidade não receber dos governos, e da sociedade, o apoio financeiro e o reconhecimento de que necessita. Mas este apoio não virá se ela não reagir contra as mazelas que a carcomem por dentro, que levam à desmoralização de professores e alunos, e perda de prestígio ante a sociedade. Para isto, ela precisa reencontrar seu rumo.

**O papel da Universidade em uma sociedade de massas.**

A universidade brasileira ainda vive de uma concepção ingênua, que tomou emprestada da Europa e dos Estados Unidos de muitos anos atrás, e que tem sido profundamente revista em todo o mundo. Esta concepção era a de que a Universidade seria o lugar de formação de uma nova elite, selecionada pelo mérito e pela competência, e não pela classe social e o privilégio; e que teria um direito natural a liderar a sociedade em nome de seus conhecimentos superiores. A pesquisa científica, indissociável do ensino, garantiria este lugar privilegiado. A modernização social, através da industrialização, aumentaria a demanda por profissionais qualificados em todas as áreas de conhecimento, e para responder a isto as universidades ampliariam cada vez mais sua cobertura, dando lugar a todos que a procurassem, e garantido a cada um uma profissão digna e bem remunerada. Assim, ela se tornaria democrática, sem deixar de ser elitista, no melhor sentido da palavra. Esta visão otimista cativava a imaginação, mobilizava as energias, e justificava que a Universidade pedisse à sociedade um cheque em branco para os seus custos, que era dado de boa vontade.

A realidade das últimas décadas mostrou que o mundo era mais complicado. A liderança natural das universidades nunca chegou a ser aceita pelo resto da sociedade, e mesmo onde elas se desenvolveram mais plenamente, jamais chegaram a ter o monopólio do conhecimento e da competência. O mérito e a competência, tal como definidos pela Universidade, nunca se desvincularam completamente do privilégio e da classe. O aumento vertiginoso da demanda por ensino superior não se deu somente como resposta às necessidades econômicas e sociais de profissionais qualificados, mas foi provocado também pela busca generalizada de credenciais e privilégios profissionais a serem garantidos por diplomas oficialmente reconhecidos e profissões regulamentadas, muitas vezes às custas do dinheiro público, ou de salários mais baixos para os menos privilegiados.

Em todo o mundo, a educação superior cresceu extraordinariamente, e, no lugar de um número pequeno de universidades de elite, surgiram grandes sistemas de ensino, empregando milhares de professores e funcionários, e atendendo a milhões de pessoas de origem social, condição econômica, níveis educacionais e interesses distintos. Hoje, no Brasil, existem 1.5 milhões de estudantes de nível superior em 900 instituições, desde pequenas faculdades isoladas a grandes universidades, empregando cerca de 120 mil professores, 50 mil dos quais contratados em regime de tempo integral. A maior parte deste crescimento se deu na década de 70, quando a economia crescia a altas taxas, o país se urbanizava, e um regime militar fazia com que houvesse a esperança de que todos os problemas se resolveriam naturalmente no dia em que a democracia fosse reestabelecida.

Hoje, a maioria dos estudantes e professores está em cerca de 700 estabelecimento de ensino do setor privado, que cresceu de forma desordenada a partir dos anos 60, atendendo aos estudantes que não conseguiam acesso ao sistema público. Noventa por cento dos professores em tempo integral, no entanto, estão em cerca de 130 instituições públicas, e é nelas que se concentra, também, a quase totalidade dos cursos de pós-graduação e da pesquisa. Nem todos os professores são ou podem ser pesquisadores.

Existem somente 12 mil professores com doutorado com contratos de tempo integral, 70% dos quais na região sudeste, 93% em universidades federais e estaduais. No outro extremo, 14 mil professores de tempo integral não têm nada além do diploma de graduação, e outros 12 mil apresentam algum curso de aperfeiçoamento. Dos estudantes, 57% estão em cursos de ciências sociais e humanas, em sua grande maioria no setor privado. As áreas de ciências exatas e da terra, as engenharias e as ciências da saúde cobrem cerca de 30%, em partes mais ou menos iguais.

Estes dados gerais bastam para mostrar que a universidade de elite é coisa do passado, e que a diversidade de professores, alunos e instituições de ensino superior torna impossível implantar um modelo único, e os mesmos padrões de ensino e pesquisa acadêmica em todas as instituições de ensino no país. Aceitar que existem diferenças significa não admitir mais a hipocrisia de uma igualdade que não existe, e tratar de fazer com que cada um dê o melhor de si. Não é possível fazer de todos os professores, pesquisadores, mas é possível aumentar seus conhecimentos, e melhorar a qualidade de seus cursos. Nem todos os estudantes serão um dia profissionais liberais, ou técnicos e cientistas de alta qualidade, mas o tempo que passam nas escolas superiores deve ser utilizado para que eles aprendam mais, e que isto seja útil para eles próprios e para o país. Nem todas as instituições, departamentos e faculdades, serão um dia centros de grandes pesquisas e alta tecnologia, mas devem, pelo menos, ser boas escolas.

A universidade tem que reencontrar sua relevância social e cultural, e isto não vai ser conseguido pela simples soma da boa vontade de cada um, ou pelo planejamento de técnicos ministeriais. É necessário que cada universidade, cada instituição, cada departamento examine suas prioridades, e mostre como pretende colocar seu trabalho de ensino e pesquisa a serviço da educação, da formação profissional, do setor produtivo e do atendimento às necessidades da população.

Não é possível gerir uma sistema destas proporções, e com tal complexidade, a partir de um conjunto de regras uniformes controladas por Brasília, ou pelos governos estaduais. Isto não significa que os governos devam abandonar o ensino superior, e deixá-lo à própria sorte. Os governos têm a responsabilidade de garantir que o ensino superior continue existindo, e que melhore cada vez mais seu desempenho. Ainda que a parte pública do ensino superior brasileiro seja minoritária, ela é a mais cara, pelos salários de tempo integral, pelas atividades de ensino e de pesquisa, pelas instalações, pelos serviços que proporciona, pelo funcionalismo, pelas aposentadorias em tempo integral. Não se trata de discutir se elas precisam ou não de mais dinheiro - é claro que precisam. Mas é muito improvável que as universidades públicas consigam aumentar significativamente, nos próximos anos, a proporção de recursos que já absorvem dos orçamentos federal e estaduais, submetidos a pressões e necessidades de todo tipo. As universidades precisam aumentar o patamar de recursos de que hoje dispõem, vindos tanto do setor público quanto do privado, inclusive para poder enfrentar o grande aumento de vagas que deverá ocorrer quando a economia retomar seu crescimento. Para isto, no entanto, elas precisam utilizar melhor os recursos que têm hoje, e mostrar clareza a respeito de seu papel. Para que isto possa ocorrer, algumas atitudes básicas devem mudar nas universidades, e algumas medidas importantes devem ser tomadas.

**Propostas**

*a - avaliação.* O ensino superior brasileiro precisa ser constantemente avaliado e reavaliado por procedimentos semelhantes ao que a CAPES adota há vários anos para os cursos de pós-graduação. A avaliação do ensino de graduação é muito mais complexa do que a da pós-graduação, por incluir muito mais instituições, e pela pluralidade de metas e objetivos dos diferentes cursos. Mas ela pode ser feita, dentro de alguns princípios gerais. Ela deve ser externa, pela participação de pessoas de fora da instituição avaliada; ela deve ser feita por área de conhecimento e por instituição; deve levar em conta os objetivos dos cursos e programas; deve incluir indicadores quantitativos sobre números de formados, professores por alunos, candidatos ao vestibular, e assim por diante. Um sistema correto de avaliações não beneficia somente as instituições e programas bem estabelecidos, mas também aqueles que se mobilizam para melhorar cada vez mais. Os resultados das avaliações devem ser públicos, e servir de base para decisões de governo sobre recursos. Sistemas de avaliação podem ser implantados pelo governo, através de comitês assessores, ou por conjuntos ou consórcios de universidades.

*b) autonomia* - Havendo avaliação, há espaço para a verdadeira autonomia universitária, que deve consistir na plena responsabilidade das instituições pelos bons e máus resultados de suas atividades. Ter autonomia implica administrar orçamentos globais, remanejar pessoal, fixar salários, abrir e fechar departamentos e institutos, alterar o número de vagas oferecidas, vender serviços e formar patrimônio próprio. A autonomia continuará sendo fictícia se não forem adotadas as seguintes medidas complementares:

*c) Mudar o status jurídico das universidades públicas.* Os vínculos e as carreiras dos professores universitários não podem ser os mesmos do funcionalismo civil. Em universidades, a estabilidade no emprego deve ser uma condição especial, para professores nos níveis mais altos da carreira. Promoções e estabilidade por antiguidade são inadmissíveis. Deve haver maior mobilidade de professores entre as instituições, e possibilidade de negociar salários caso a caso, a partir de patamares mínimos. A isonomia salarial é uma camisa de força que força igualdades onde elas não existem, e precisa ser repelida.

*d) Criar programas de incentivo especiais* para pessoas, cursos e departamentos que se destaquem. Setores sadios e produtivos em instituições medíocres necessitam de incentivos especiais e diferenciados, tal como já ocorre na atividade de pesquisa e pós-graduação.

*e) Desvincular os títulos universitários da habilitação profissional*, e restringir as reservas de mercado profissionais que existem hoje na legislação. A habilitação profissional deve ser feita pelos conselhos e associações profissionais, em muitos casos de forma competitiva, deixando às universidades a liberdade de organizar seus cursos lhes pareça mais adequado.

*f) criar mecanismos de alocação orçamentária para as universidades* vinculados aos resultados de avaliações e à análise de projetos específicos, sem interferência político-partidária. Ao legislativo cabe determinar o orçamento global para o ensino superior; sua distribuição entre as instituições deve ser feita pelo Executivo, pelo uso de critérios explícitos e públicos. O mesmo se aplica ao crédito educativo, que deve ser limitado às instituições cujas avaliações de qualidade estejam acima da média.

**Compromissos**

A concretização destas propostas não depende só das universidades, e muito menos de departamentos, instituições e indivíduos isolados. Mas existe um compromisso que depende de cada um, e pode ser assumido desde já, pelos que assinam este documento e pelos que concordam com suas linhas mais gerais. É o compromisso de dar o melhor de si, e não concordar com a acomodação e a falta de interesse. É o compromisso de não concordar mais com que a atividade universitária continue a ser perturbada, interrompida e desmoralizada por greves intermináveis e suicidas; de não permitir que a discussão de alternativas e inovações sejam afogadas pelo preconceito e a intolerância; de não continuar a colocar todos os problemas da universidade brasileira do lado de fora, ignorando que a virtude, quando existe, deve começar em casa. Existem muitas maneiras de protestar contra baixos salários e falta de apoio. Destas, a pior é a que dá razão aos que acham que a universidade perdeu seu rumo, sua significação social, e que ninguém notará quando, depois de uma longa paralização, ninguém se lembrará que ela deixou de reabrir.